



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

## I I Concurso Público de Provas para Provimento de Cargos de Analista Legislativo – Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova '02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Maquiavel foi historiador, filósofo e político italiano do Renascimento.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 80 questões numeradas de 1 a 80.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotação, impresso não permitido, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto seguinte.

**A favor do tédio**

*Alguns livros recentes tratam dos malefícios de nossa constante vontade de encontrar diversões. Como sugere o título de um deles (O vício da distração), de Alex Pange, a vontade de se distrair seria uma forma de dependência. Também já li artigos de revista sobre “os surpreendentes benefícios do tédio”.*

*Os livros não me pareceram imperdíveis. E os artigos nas revistas de grande circulação citam pesquisas por ouvir dizer. Mas tanto faz. O conjunto manifesta um novo clima segundo o qual a necessidade de sermos entretidos e estimulados continuamente não tornaria nossa vida mais rica e variada; ao contrário, é possível que essa disparidade empobreça nossa experiência.*

*Já foi dito por evolucionistas que a sorte de nossa espécie foi sua fraqueza: enquanto passávamos horas a fio escondidos e calados nos arbustos, esperando as feras passarem, a imobilidade e o tédio forçados produziram o surgimento da consciência, do pensamento e da fantasia. Que tal aplicar essa hipótese no campo da educação? O que é mais “educativo” para as crianças? A diversão? Ou a chance de se entediar?*

*Umberto Eco atribui ao filósofo Benedetto Croce uma frase que ele cita com frequência: “O primeiro dever dos jovens é o de se tornar velhos”. Esse slogan não tem como ser muito popular numa época em que o primeiro dever dos velhos é o de parecerem jovens. De fato, em nossa época os adultos não ajudam os jovens a envelhecer; eles preferem mantê-los na mesma criancice que eles desejam para si.*

*Certo, é preciso estimular as crianças para que elas se desenvolvam na interação com o mundo. Mas o problema é que, sem tédio maçante, ninguém, criança ou adulto, consegue inventar para si uma vida interior. E para que serve uma vida interior? Se forem pensamentos aos quais recorremos quando não temos nada para fazer, não é mais simples a gente se manter ocupado e não precisar da tal vida interior?*

*O problema é que há uma boa parte da vida exterior que, sem vida interior, é totalmente insossa. Se não acredita, tente se envolver com as artes, com as amizades ou com o sentimento amoroso levando apenas o ser que você tenha esvaziado. Mesmo entre outras espécies, há lições a observar. Os gatos, por exemplo, são ótimos administradores de seu tédio. Eles sabem se divertir muito bem, quando a ocasião se apresenta, mas também sabem não fazer nada com muita categoria. Nisso, eles batem os cachorros, que sempre parecem aliviados quando finalmente têm algo para fazer.*

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Aproveitar a vida e suas dores**. São Paulo: Planeta, 2025, p. 159-162)

1. O título do texto – *A favor do tédio* – expressa a singular posição do autor, quando ele considera
  - (A) a vontade de se distrair como uma aspiração desejável e legítima dos jovens.
  - (B) a busca obstinada de entretenimento como um empobrecimento de nossas vivências.
  - (C) a diversão sistemática como uma pedagogia positiva a ser aplicada às crianças.
  - (D) o envelhecimento uma das inclinações naturais a ser interiorizada pelos adultos.
  - (E) o lazer programado como uma bem-sucedida experiência de amadurecimento.

---

2. Ao admitir que é preciso *estimular as crianças para que elas se desenvolvam na interação com o mundo* (5º parágrafo), o autor reconhece como um expediente para esse desenvolvimento
  - (A) o combate persistente às experiências tediosas e maçantes.
  - (B) a crítica rigorosa contra os excessos da interiorização.
  - (C) a ocupação permanente do pensamento em coisas objetivas.
  - (D) o aproveitamento do enfado como um fermento da vida interior.
  - (E) o favorecimento das experiências aventurosas e originais.

---

3. Referindo-se à nossa *vida exterior* e à nossa *vida interior* (6º parágrafo), o autor estabelece entre elas uma relação de
  - (A) independência, uma vez que cada uma tem um método próprio de autoafirmação.
  - (B) contiguidade, sendo difícil estabelecer um claro limite entre suas áreas de atuação.
  - (C) complementaridade, quando favorecido um enriquecimento recíproco entre ambas.
  - (D) causalidade, já que toda exteriorização é um efeito da interioridade.
  - (E) suplência, pois a falta de uma pode ser contornada pela afirmação da outra.



4. Se forem pensamentos aos quais recorremos quando não temos nada para fazer, não é mais simples a gente se manter ocupado e não precisar de tal vida interior?

O período acima manterá seu sentido básico e sua correção gramatical caso se substituam os dois elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) dos quais nos valemos – dispensar
- (B) pelos quais socorremos – desfavorecer
- (C) em cujos incorremos – relutar
- (D) a que nos pautamos – excluir
- (E) aonde investimos – impossibilitar

5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *os surpreendentes benefícios do tédio* (1ª parágrafo) = os imprevistos ganhos da rotina.
- (B) *citam pesquisas por ouvir dizer* (2ª parágrafo) = glosam estudos de valor irrelevante.
- (C) *Que tal aplicar essa hipótese no campo da educação?* (3ª parágrafo) = É o caso dessa inserção escolástica?
- (D) *levando apenas o ser que você tenha esvaziado* (6ª parágrafo) = conduzindo assim seu vazio original.
- (E) *há lições a observar* (6ª parágrafo) = há casos instrutivos para se considerar.

6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- (A) Atribui-se a um filósofo frases que, parecendo incontestáveis, num contexto diferente acaba por ganhar uma aceção controversa.
- (B) Deriva das argumentações do autor a convicção de que ao tédio cabem operações capazes de resgatar nossas experiências profundas.
- (C) O autor acredita que se reservou ao gato, mas não ao cachorro, propriedades que lhe permite extrair algum prazer dos momentos maçantes.
- (D) Não devem existir entre o prazer da diversão e o momento do tédio uma polarização absoluta, a se crer nas considerações do autor.
- (E) Couberam a evolucionistas desenvolver a ideia de que advieram das fraquezas de antepassados acuados a força da nossa interiorização.

7. Numa nova redação da frase *há uma boa parte da vida exterior que, sem vida interior, é totalmente insossa*, agora iniciada por *é totalmente insossa*, uma complementação coerente e correta será:

- (A) a vida interior, na medida em que não parte da vida exterior.
- (B) a vida exterior, uma vez que seja parte da vida interior.
- (C) uma parte da vida exterior, à falta da vida interior.
- (D) uma parte da vida exterior, conquanto lhe falte a vida interior.
- (E) uma parte da vida interior, à medida que lhe falte a vida exterior.

8. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:

- (A) O título *O vício da distração* de um livro de Alex Pange, é, ao mesmo tempo, sugestivo e provocador; porquanto contraria o senso comum; imperativo para tantos.
- (B) Para estimular a vida interior na qual se desfruta o prazer das artes, é imprescindível que em certa medida o tédio crie seu espaço – aberto, para as cogitações.
- (C) Tratando-se de um filósofo como Croce há que se estranhar esse seu apelo, para que os jovens logo se tornem velhos descuidando, pois, dos prazeres de sua idade.
- (D) O tédio é uma deficiência do espírito, acreditam alguns; outros, como Alex Pange, combatem a obrigação da distração, na qual identificam mais um vício do que um prazer.
- (E) É notório em nossa época, esse esforço que fazem os adultos, interessados que estão em estimular uma criancice generalizada – em vez de apressarem sua maturação.



**Atenção:** Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto seguinte.

**[Luzia e a linguagem]**

O nome dela pode ser Luzia. Nasceu agora mesmo, no Brasil. Um peso, mas também uma alegria. Se tudo estiver bem com ela, com sua saúde e seu desenvolvimento, a menina vai realizar um pequeno milagre. A partir de dados desorganizados, fragmentados e muitas vezes contraditórios, Luzia vai aprender a falar.

Quando, na vida adulta, ou mesmo ainda na escola, ela for tentar aprender um novo idioma, vai entender que não foi à toa que usei a palavra “milagre” agora há pouco. Aquilo que para uma pessoa adulta, instruída, com acesso a todo tipo de recursos e métodos é uma tarefa complicadíssima, uma criança pequena resolve por conta própria, quase sem dar por isso.

A linguagem é algo absolutamente central para a nossa espécie, e somos muitíssimo competentes em pegar esse bastão de uma geração anterior. Caso seja estritamente necessário, chegamos até a desenvolver um idioma que atenda às necessidades do nosso grupo, como já aconteceu com crianças surdas que, reunidas, desenvolveram como que do zero uma linguagem de sinais todinha delas.

As exigências para este milagre da aquisição de linguagem são até menores do que as relativas a outros campos: nossa menina Luzia pode nascer em condições de violenta pobreza e privação, e, mesmo assim, seu desenvolvimento linguístico vai acontecer. Pode demorar um pouco mais, porém vai acontecer. E se tudo estiver razoavelmente bem, ela vai acabar ganhando o domínio completo do idioma dos seus pais, da sua comunidade, do seu país. Ou, na verdade, sua nova versão dessa língua. Sim, mesmo que Luzia não tenha acesso à educação formal. Nesse caso, é essa variedade do idioma que ela não vai ter no bolso. Mas apenas essa.

Como nasceu no Brasil, é quase certo que esse idioma venha a ser o português. Ele vai ter um papel central na existência de Luzia: será o instrumento que ela vai utilizar para aprender a tomar decisões, conquistar o amor de alguém, alertar um amigo, pedir carinho à mãe, dizer bobagens para um filho... Tudo vai se dar nesse idioma. Nessa coisa variada, colorida, esquisita e maravilhosa que chamamos de língua portuguesa.

(Adaptado de: GALINDO, Caetano W. **Latim em pó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 11-13)

9. O *milagre* a que se refere o autor no primeiro e no segundo parágrafos do texto consiste em admitir que
- (A) crianças aprendem a falar agregando elementos esparsos do idioma que ouvem.
  - (B) não é fácil para uma criança normal vir a ter domínio absoluto de sua língua.
  - (C) mesmo uma língua estrangeira é assimilada naturalmente por quem a analisa.
  - (D) os elementos contraditórios de uma língua são a chave mestra de sua aquisição.
  - (E) uma língua estrangeira não costuma ser assimilada por quem apenas a ouve.
- 
10. A **transmissibilidade** de uma língua entre seus falantes nativos e a sua **adaptabilidade** às necessidades que surgem estão referidas, respectivamente, nestes segmentos:
- (A) *a menina vai realizar um pequeno milagre* (1º parágrafo) e *é uma tarefa complicadíssima* (2º parágrafo).
  - (B) *tentar aprender um novo idioma* (2º parágrafo) e *acesso a todo tipo de recursos e métodos* (2º parágrafo).
  - (C) *A linguagem é algo absolutamente central para a nossa espécie* (3º parágrafo) e *exigências para este milagre da aquisição de linguagem* (4º parágrafo).
  - (D) *variedade do idioma que ela não vai ter no bolso* (4º parágrafo) e *é quase certo que esse idioma venha a ser o português* (5º parágrafo).
  - (E) *somos muitíssimo competentes em pegar esse bastão* (3º parágrafo) e *sua nova versão dessa língua* (4º parágrafo).
- 
11. A aquisição da linguagem falada e seu desenvolvimento linguístico, conforme se lê no 4º parágrafo,
- (A) ocorrem com absoluta independência das condições socioeconômicas de uma criança.
  - (B) são fenômenos diretamente ligados ao nível de escolarização dos iniciantes de um idioma.
  - (C) acontecem de modo natural e em ritmos distintos segundo variem as condições de vida.
  - (D) levam todos os falantes de um idioma a dispor de criatividade no uso de um outro idioma.
  - (E) alcançam a plenitude de seu desempenho se instruídos desde cedo pela educação formal.
- 
12. Há adequada correlação temporal entre as formas verbais da seguinte frase:
- (A) Quando Luzia fosse tentar aprender um novo idioma, ela terá entendido porque me vali da palavra milagre.
  - (B) Se for estritamente necessário, podíamos usar uma linguagem inteiramente voltada para as necessidade de nosso grupo.
  - (C) Mesmo que Luzia nascesse em condições precárias, acabará por atingir o domínio completo da linguagem de que precisara.
  - (D) No caso de a menina não passar pela educação formal, apenas esse nível linguagem terá representado um desafio para ela.
  - (E) Se ela não nascesse no Brasil não disporia dos variados e coloridos recursos com que conta a nossa língua.



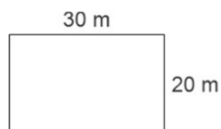
13. Aquilo que para uma pessoa com acesso ao uso de métodos eficazes é uma tarefa que lhe exige muito esforço, uma criança pequena resolve sem dar por isso.

A redação da frase acima permanecerá correta caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) a quem não faltem – atinar com isso  
 (B) de que disponha – lhe notar  
 (C) provida em – contar para isso  
 (D) sendo acessível a – fazê-lo perceptível  
 (E) franqueada no emprego de – torná-lo incluso
- 
14. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Se Luzia acessar a educação formal, dominará esse nível de linguagem**, as formas verbais resultantes deverão ser
- (A) estiver acessada – terá dominado  
 (B) for acessada – será dominado  
 (C) chegar a acessar – a teria dominado  
 (D) ter tido acesso – terá sido dominada  
 (E) for acessar – tê-la-á dominado
- 
15. Justifica-se plenamente o emprego das formas verbais no plural em:
- (A) Não se admitam que a pessoas sensíveis como elas imponham-se o terror de tais filmes.  
 (B) Convêm a crianças nervosas exporem-se a um surto emocional que tanto as impressionem?  
 (C) Caberiam a eles compreender que são fáceis de abalar os inocentes num filme como esse.  
 (D) Não se tratem crianças como criaturas que detenham pleno controle de seus nervos.  
 (E) De cenas de terror costumam ficar nos meninos muito do realismo que nelas se imprimiram.

#### Matemática e Raciocínio Lógico

16. Em um bairro, os lotes foram projetados para serem retangulares com medidas 30 m por 20 m. Se dois lotes contíguos forem adquiridos por um mesmo comprador, ele terá um terreno retangular de 60 m por 20 m e precisará de 160 metros de cerca para delimitar sua propriedade, como na figura a seguir:

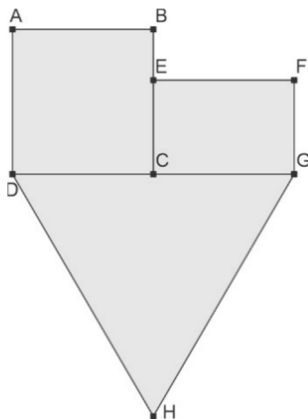


Paulo adquiriu 7 lotes contíguos. A metragem de cerca que Paulo precisa para cercar sua propriedade é

- (A) 430 m  
 (B) 440 m  
 (C) 460 m  
 (D) 250 m  
 (E) 230 m
- 
17. Cinco amigos, Ana, Bernardo, Carla, Diego e Ema, vão se posicionar em fila para uma foto. Se Ana e Carla vão se posicionar nos extremos e Ema exatamente no centro da foto, o número de fotos distintas, em relação à posição dos amigos, que poderão ser tiradas é
- (A) 4  
 (B) 8  
 (C) 2  
 (D) 6  
 (E) 16

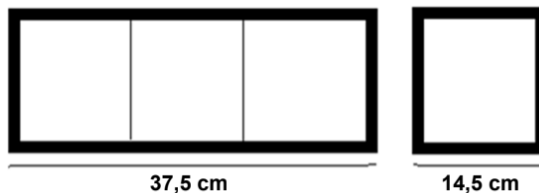


18. O terreno de seu Joaquim está representado na figura. O terreno é formado por três lotes, sendo um quadrado ABCD, em que todos os lados têm mesma medida, um retângulo EFGC e um triângulo equilátero, DGH, que também tem todos os lados de mesma medida. Seu Joaquim sabe que o lado do quadrado mede 30 metros, que a medida do lado do triângulo é o dobro da medida do lado do quadrado e que a medida de EC é o dobro da medida de BE.



A quantidade de cerca, em metros, que seu Joaquim deve comprar para delimitar seu terreno é

- (A) 220 m  
(B) 230 m  
(C) 200 m  
(D) 240 m  
(E) 180 m
19. Os pontos A, B, C e D estão, nessa ordem, em uma reta. Sabe-se que a distância entre A e B é  $\frac{1}{5}$  da distância entre B e D; e que a distância entre A e C é  $\frac{7}{11}$  da distância entre C e D. A razão entre as distâncias de A até B e B até C é
- (A)  $\frac{5}{3}$   
(B)  $\frac{3}{4}$   
(C)  $\frac{24}{7}$   
(D)  $\frac{22}{7}$   
(E)  $\frac{7}{22}$
20. Uma loja vende porta-retratos para uma, duas ou três fotografias de mesmo tamanho. As molduras para os três tamanhos de porta-retratos têm a mesma largura. O porta-retratos para três fotos tem largura 37,5 cm e o porta-retratos para uma foto tem largura de 14,5 cm, como na figura a seguir:



A largura do porta-retratos para duas fotos é

- (A) 24 cm  
(B) 25 cm  
(C) 27 cm  
(D) 28 cm  
(E) 26 cm

**Noções de Direito Constitucional**

21. Com relação aos direitos sociais, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não a ser votado nas organizações sindicais.
  - (B) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
  - (C) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
  - (D) é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
  - (E) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- 
22. Fernando, dono de uma propriedade rural onde vive com a sua família, possui uma dívida que está sendo cobrada pelos credores. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nas informações fornecidas, a propriedade de Fernando
- (A) só não será objeto de penhora se for considerada pequena de acordo com a lei, se for trabalhada pela família e se o débito for decorrente de sua atividade produtiva.
  - (B) não será objeto de penhora apenas se for trabalhada pela família, independentemente de seu tamanho.
  - (C) não será objeto de penhora, pois todas as propriedades rurais, independentemente de seu tamanho, são impenhoráveis.
  - (D) será objeto de penhora, ainda que essa propriedade seja considerada pequena de acordo com a lei, seja trabalhada pela família e que o débito seja decorrente de sua atividade produtiva.
  - (E) só não será objeto de penhora se for considerada grande de acordo com a lei e se a renda da família provier da atividade rural nela realizada.
- 
23. Matt, filho de canadenses, nasceu no Brasil quando seus pais estavam a serviço da Venezuela e pretende, um dia, seguir carreira diplomática no Brasil; Ana Paula, filha de pai brasileiro e mãe chilena, nasceu na Espanha quando seu pai lá estava a serviço do Brasil e pretende, um dia, ser Ministra de Estado de Defesa no Brasil; Ralph, filho de ingleses, nasceu no Brasil quando seus pais aqui estavam passando as férias e pretende, um dia, ser Presidente da Câmara dos Deputados no Brasil. Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) nenhum dos três é brasileiro nato, porém poderão seguir as carreiras pretendidas apenas Matt e Ralph, caso se naturalizem brasileiros.
  - (B) nenhum dos três é brasileiro nato, porém poderá seguir a carreira pretendida apenas Ralph, caso se naturalize brasileiro.
  - (C) Matt, Ana Paula e Ralph são brasileiros natos e os três poderão seguir as carreiras pretendidas.
  - (D) apenas Ana Paula e Ralph são brasileiros natos e podem seguir as carreiras pretendidas.
  - (E) apenas Matt e Ralph são brasileiros natos e podem seguir as carreiras pretendidas.
- 
24. Considere as seguintes situações hipotéticas:
- I. Marlene, 35 anos, estreou na política nas últimas eleições ao Governo do Estado como Vice-Governadora do Estado "X", tendo sucedido o Governador eleito, que ao cargo renunciou. Marlene pretende se candidatar, nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026, ao Governo do mesmo Estado.
  - II. Leonardo, 34 anos, atual Prefeito de uma cidade situada no Estado "Y", pretende se candidatar, nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026, ao Governo do mesmo Estado.
  - III. Keith, 30 anos, sobrinha do atual Presidente da República do Brasil, pretende entrar no mundo da política e se candidatar, nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026, ao Governo do Estado onde reside.
- Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nas informações fornecidas, nessas situações, Marlene poderá ser eleita Governadora do Estado "X" nas próximas eleições e, sendo eleita em 2026,
- (A) poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito; e Keith não é inelegível para o cargo pretendido.
  - (B) poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito; e Keith é inelegível para o cargo pretendido, dado seu parentesco com o Presidente da República do Brasil.
  - (C) poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito; e Keith não é inelegível para o cargo pretendido.
  - (D) não poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito; e Keith é inelegível para o cargo pretendido, dado seu parentesco com o Presidente da República do Brasil.
  - (E) não poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito; e Keith não é inelegível para o cargo pretendido.



25. Com relação aos partidos políticos, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Supremo Tribunal Federal.
  - (B) os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
  - (C) os partidos políticos devem aplicar obrigatoriamente 30% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
  - (D) dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias.
  - (E) somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que tiverem eleito pelo menos cinco Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- 
26. A Constituição Federal de 1988 poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; e de
- (A) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - (B) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - (C) pelo menos metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, em dois turnos, por três quintos de seus membros; ou, ainda, do Ministério Público, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta somente na mesma sessão legislativa.
  - (D) pelo menos metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, por três quintos de seus membros; ou, ainda, do Ministério Público, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - (E) pelo menos metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, em dois turnos, por três quintos de seus membros, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa nem na sessão legislativa subsequente.
- 
27. Com relação às funções essenciais à justiça, considere:
- I. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
  - II. Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
  - III. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) I, II e III.
- 

### Noções de Direito Administrativo

28. A organização administrativa descentralizada da Administração Pública pressupõe que podem integrá-la
- (A) pessoas jurídicas de direito público com personalidade jurídica própria, como fundações, autarquias e empresas estatais prestadoras de serviço público, sem vínculo de hierarquia em relação à Administração Central.
  - (B) pessoas jurídicas de direito privado exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviço público, vinculadas hierarquicamente à Administração Central quando desempenham suas atividades sem finalidade lucrativa.
  - (C) pessoas jurídicas de direito público, com possibilidade de auferimento de receitas próprias, sujeitas a controle finalístico da Administração Central, à qual não se vinculam hierarquicamente.
  - (D) órgãos públicos como centros de competências e atribuições de interesse público, dotados de personalidade jurídica de direito público e, como tal, sujeitos à hierarquia da Administração Central.
  - (E) órgãos sem personalidade jurídica própria, mas autônomos, não sujeitos hierarquicamente à Administração Central.
-



29. A decisão emitida pelo diretor presidente de uma autarquia estadual que indeferiu a outorga de exploração de recursos hídricos por uma empresa privada
- (A) está obrigatoriamente sujeita a recurso dirigido ao Chefe do Executivo, por não se caracterizar, formal e materialmente, como ato administrativo, natureza restrita aos atos praticados pela Administração Direta.
  - (B) expressa o exercício de poder regulamentar delegado, desprovida da natureza de ato administrativo, este que qualifica apenas decisões proferidas pela Administração Indireta.
  - (C) tem natureza de ato administrativo discricionário, este que, como tal, sujeita-se a controle externo de mérito pelo Chefe do Executivo e de legalidade pelo Poder Judiciário.
  - (D) não pode ser objeto de revisão, tampouco de questionamento judicial, tendo em vista que o controle de legalidade exercido pelo Poder Judiciário limita-se aos atos administrativos vinculados.
  - (E) tem natureza jurídica de ato administrativo emitido por entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, passível de recurso ao Chefe do Executivo se a lei que instituiu o ente trouxe previsão expressa nesse sentido.
- 
30. O poder de polícia pode ser exercido por agentes públicos das diversas esferas, caracterizando-se
- (A) como indelegável, quando se tratar de exercícios de atribuições próprias da Administração Pública federal.
  - (B) como delegado, quando praticado por agentes públicos municipais, pois decorre das competências centrais atribuídas constitucionalmente para a Administração Pública Federal.
  - (C) pela necessidade de previsão legal, ainda que alguns aspectos relacionados ao seu exercício sejam de natureza discricionária.
  - (D) pela natureza vinculada expressa nos atos concretos, não se admitindo discricionariedade em atos que contemplem restrições de direitos de administrados.
  - (E) como atípicos, quando praticados com base em atos normativos infralegais autônomos ou quando dotados de discricionariedade, esta que pode suscitar controle judicial que exceda os aspectos de legalidade.
- 
31. A celebração de contratos pela Administração Pública pressupõe, como regra, a realização de procedimento de licitação, cuja fase preparatória demanda a elaboração de documentos que demonstrem a adequação e a vantajosidade do objeto e modelo jurídico para alcançar a finalidade de interesse público. Nesse sentido,
- (A) a contratação direta, mediante dispensa de licitação, pressupõe a inviabilidade de competição no mercado, reduzindo a escolha da Administração Pública a uma possibilidade exclusiva.
  - (B) todos os entes que integram a Administração Pública ficam sujeitos à licitação, como princípio e regra geral, admitindo-se a contratação direta, quando por dispensa do certame, nas hipóteses expressamente previstas em lei.
  - (C) a contratação direta, fora das hipóteses previstas em lei, dá lugar à responsabilização objetiva do agente público, nos casos em que tiver havido prejuízo para a Administração Pública.
  - (D) as autarquias e as fundações públicas sujeitam-se à lei própria para disciplina de suas licitações e contratações, não se lhes aplicando o regime jurídico que rege a Administração Direta.
  - (E) a inexigibilidade de licitação se configura excepcionalmente, nas hipóteses expressamente previstas em lei e desde que configure vantajosidade econômica para a Administração Pública em relação ao procedimento de licitação cabível em tese.
- 
32. O servidor que desempenha função de assessoramento no âmbito do Gabinete da Secretaria de Saúde de um ente federativo
- (A) deve, necessariamente, ter se submetido a concurso público, pois desempenha atribuições de confiança e, como tal, típicas de cargo efetivo.
  - (B) pode ter sido contratado para ocupar emprego público permanente ou de confiança, caso tenha se submetido a procedimento simplificado de seleção.
  - (C) deve ter sido investido em cargo público efetivo, tendo em vista que apenas servidores públicos dessa categoria são admitidos na Administração Direta.
  - (D) pode ter sido nomeado para cargo em comissão de livre provimento e criado por lei, o que não exige aprovação em concurso público.
  - (E) pode ter sido nomeado para cargo de confiança, cujo regime é celetista e dispensa prévia submissão a concurso público.



33. A responsabilidade civil do Estado pode ser excluída quando, no caso concreto,
- (A) não for possível evidenciar o nexo de causalidade entre a ação ou omissão de agente público e os danos causados a terceiros, a exemplo da hipótese de culpa exclusiva da vítima.
  - (B) se tratar de responsabilidade objetiva e for possível afastar o dolo do agente público que tenha causado danos a terceiros.
  - (C) se estiver diante de ato omissivo de agente público, pois a responsabilidade do estado pressupõe culpa ou dolo, que só podem se materializar por meio de atos comissivos.
  - (D) tiver havido culpa exclusiva da vítima, pois essa situação exclui o dolo do agente público, elemento indispensável para a caracterização da responsabilidade civil do Estado.
  - (E) o agente público que causou os danos estivesse no regular exercício de suas funções e tenha se evidenciado o prejuízo exclusivamente em decorrência de culpa do mesmo.
- 
34. As empresas estatais distinguem-se, quanto a seu regime jurídico, das autarquias, pois
- (A) podem contratar servidores pelo regime celetista ou estatutário, conforme seu objeto social tenha por escopo a prestação de atividades econômicas ou de serviços públicos, respectivamente.
  - (B) as autarquias dependem da Administração Direta para seu custeio e administração, enquanto as empresas estatais não podem receber recursos financeiros ou bens materiais do ente federado ao qual se vinculam.
  - (C) seu regime de bens é de direito público e seu regime de pagamento de dívidas é o de precatórios, mas seu patrimônio pode ser penhorado para garantia de dívidas perante outros entes federados.
  - (D) a execução de suas atividades ou serviços se dá com finalidade lucrativa, o que não é compatível com a natureza jurídica de direito público a que se sujeitam as autarquias.
  - (E) constituem pessoas jurídicas e, portanto, têm personalidade jurídica própria, enquanto as autarquias são órgãos públicos sujeitos ao mesmo regime jurídico aplicável à Administração Pública Direta.

#### Legislação Institucional

35. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, dentre outras hipóteses, compete privativamente à Assembleia Legislativa
- (A) suspender, se declarar procedente a acusação, nos crimes comuns e de responsabilidade, o exercício do mandato do Governador do Estado, e afastar os Secretários de Estado, não podendo, entretanto, destituir nenhum deles, ainda que tenham sido condenados definitivamente.
  - (B) aprovar convenções e ajustes de que o Estado seja parte e ratificar os que, por motivo de urgência e no interesse público, foram efetivados sem prévia aprovação.
  - (C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia do Estado exclusivamente em operações de créditos internos.
  - (D) dar posse ao Governador eleito; conhecer de sua renúncia; conceder ao Governador licença sempre que ele se ausentar do País, independentemente do tempo dessa ausência, não sendo necessária a licença para ausentar-se do Estado.
  - (E) fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, do Tribunal de Contas e os da administração indireta, não sendo, entretanto, competente para escolher os membros do Tribunal de Contas do Estado.
- 
36. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, essa Constituição
- (A) poderá ser emendada por proposta: do Governador do Estado; de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; ou de um terço das Câmaras Municipais, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.
  - (B) poderá ser emendada por proposta, dentre outros, de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa, sendo que a matéria constante em proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de proposta na mesma sessão legislativa.
  - (C) poderá ser emendada, dentre outros, por proposta do Governador do Estado, sendo que a proposta de emenda será discutida e votada em único turno, considerando-se aprovada se obtiver três quintos dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.
  - (D) não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal ou estado de defesa, podendo, porém, ser emendada em estado de sítio, por discricionariedade do Governador.
  - (E) não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, sendo que a emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa.



37. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, considere:
- I. A prática de um crime comum pelo Procurador-Geral do Estado.
  - II. Os mandados de injunção, quando a ausência de norma regulamentadora de competência da Mesa da Assembleia Legislativa tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
  - III. Os mandados de segurança contra ato da Mesa da Assembleia Legislativa.
- É da competência do Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) III, apenas.
- 
38. Com relação à eleição da Mesa Diretora, de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 65/08),
- (A) quando da eleição da Mesa Diretora, observar-se-á o seguinte: presença da maioria dos deputados; registro de chapas ou de candidato individual ou avulso, ou indicados pelas Bancadas; chamada, dos deputados, pelo 1º Secretário, para exercício do voto; recebimento, pelo 2º Secretário, da folha de votação utilizada pelo Deputado.
  - (B) a eleição dos membros da Mesa Diretora será feita por votação nominal e secreta, considerando-se eleita a chapa ou o candidato individual ou avulso que obtiver a maioria absoluta dos votos.
  - (C) o nome do Deputado não poderá figurar em mais de uma chapa apresentada, ainda que esteja concorrendo ao mesmo cargo eletivo, por expressa vedação do referido Regimento Interno.
  - (D) cumpridas as exigências previstas no referido Regimento Interno, o Presidente solicitará ao 2º Secretário que proceda à chamada nominal dos deputados, por Bancada, para votação, sendo os membros da Mesa Diretora chamados no início, observada a ordem hierárquica decrescente.
  - (E) sobre qualquer irregularidade verificada caberá recurso ao Presidente da Mesa Diretora dos trabalhos, devendo, esse recurso, ser interposto exclusivamente pelo líder do partido a que pertencer o candidato que se julgar prejudicado, não podendo ser proposto pelo próprio candidato.
- 
39. Astolfo exerce cargo em comissão que compreende o “conjunto de atribuições que, desempenhadas nas posições hierárquicas mais elevadas do Poder Legislativo, dizem respeito ao cumprimento de atividades de dirigir, controlar equipes, processos e projetos”. Matilda exerce cargo em comissão que compreende o “conjunto de atribuições que, desempenhadas na posição hierárquica mais elevada de unidade administrativa integrante da estrutura organizacional do Poder Legislativo, dizem respeito ao cumprimento de atividades de gerenciar, coordenar, controlar equipes, processos e projetos”. Cleonice exerce cargo em comissão que compreende o “conjunto de atribuições concernentes à aptidão para auxiliar, em razão de determinado conhecimento ou qualificação, na execução de atividades legislativas e administrativas”. De acordo com a Lei nº 6.278/2024 (Estatuto dos servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul), para fins dessa lei, Astolfo, Matilda e Cleonice exercem, respectivamente, os cargos de
- (A) chefia, assessoramento e direção.
  - (B) chefia, direção e assessoramento.
  - (C) direção, assessoramento e chefia.
  - (D) direção, chefia e assessoramento.
  - (E) assessoramento, chefia e direção.
- 
40. Para efeitos da Lei nº 6.279/2024 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul), considera-se:
- (A) Desenvolvimento: possibilidade de crescimento do servidor nas referências e classes de um cargo, estimulando seu desenvolvimento profissional e pessoal, de forma a contribuir para a melhoria contínua dos resultados e para a consecução dos objetivos estratégicos da administração pública.
  - (B) Descrição e especificação de cargos: registro das atribuições cometidas ao servidor as quais agregam valores à organização, e dos requisitos essenciais para o provimento dos cargos.
  - (C) Carreira: processo de crescimento profissional e pessoal do servidor, caracterizado pela aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes e o consequente aprimoramento de seu desempenho funcional.
  - (D) Cargo em comissão: cargo de confiança de provimento transitório e de livre nomeação e exoneração nos termos da Constituição Federal, podendo ele recair somente sobre servidor do Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul, de quaisquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
  - (E) Promoção vertical: mudança do servidor de uma referência de vencimento para o imediatamente subsequente na mesma classe do cargo que ocupa.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração Pública**

41. A respeito dos diferentes tipos e critérios de departamentalização, tem-se que a departamentalização funcional caracteriza-se por
- (A) agrupamento de atividades segundo segmentos de clientes ou mercados relevantes.
  - (B) agrupamento de atividades segundo especialização técnica ou natureza das funções desempenhadas.
  - (C) autonomia integral das unidades organizacionais, caracterizadas como centros de resultados.
  - (D) eliminação da necessidade de coordenação interdepartamental, dado que esse modelo evita a formação de "silos".
  - (E) estruturação temporária voltada a projetos específicos, com a presença de órgãos vinculados a cada projeto.
- 
42. O *Balanced Scorecard* (BSC), desenvolvido por Robert Kaplan e David Norton, distingue-se de sistemas tradicionais de controle na medida em que
- (A) elimina a necessidade de planejamento estratégico, dado que as metas e indicadores vão sendo construídos no decorrer do processo de implementação.
  - (B) substitui os tradicionais indicadores financeiros (tangíveis) por métricas subjetivas de resultado (intangíveis).
  - (C) opera exclusivamente com indicadores de resultado (*lagging indicators*), abandonando indicadores de processo e aprendizado.
  - (D) integra indicadores financeiros e não financeiros articulados por relações de causa e efeito vinculadas à estratégia.
  - (E) prioriza metas operacionais, de curto prazo, em detrimento de objetivos institucionais ou estratégicos.
- 
43. Considere uma organização que utiliza Simulação de Monte Carlo para estimar a distribuição de resultados de um projeto estratégico. À luz do COSO ERM, o principal ganho dessa abordagem consiste
- (A) na compreensão da dispersão possível dos resultados, subsidiando decisões compatíveis com o apetite ao risco definido pela organização.
  - (B) na precisão na determinação do resultado do projeto, atuando como facilitador na tomada de decisão de acordo com as premissas estratégicas.
  - (C) no cálculo da lucratividade esperada, conforme o resultado do enquadramento do output de Monte Carlos na matriz COSO.
  - (D) na substituição da análise qualitativa de riscos pelo estabelecimento do apetite ao risco da organização em relação ao referido projeto.
  - (E) na eliminação da subjetividade nas premissas, dado que Monte Carlo trabalha com dados e hipóteses estatísticas e perfeitamente verificáveis.
- 
44. No contexto de gestão de projetos com base no método do Caminho Crítico (*Critical Path Method – CPM*), o *crashing* consiste em
- (A) aumentar recursos para reduzir duração de atividades críticas, com aumento de custo total.
  - (B) reduzir escopo do projeto para cumprir prazo, eliminando atividades que estejam no caminho crítico do projeto.
  - (C) cancelar atividades situadas fora do caminho crítico, com redução de custo do projeto e dilação do cronograma.
  - (D) aplicar avaliação probabilística, fundada no *Program Evaluation and Review Technique (PERT)*, às atividades com maior potencial de atraso.
  - (E) reprogramar a sequência de atividades, buscando otimização financeira com redução de custos dada a inviabilidade de ampliação do orçamento original.
- 
45. No modelo de racionalidade limitada, conforme preconizado por Herbert Simon, a decisão organizacional caracteriza-se por:
- (A) escolha ótima com base em critérios quantitativos, ponderação de alternativas e uso de algoritmos.
  - (B) maximização do processo decisório, com tomada de decisão somente a partir de informação e reflexão completa.
  - (C) satisfação (*satisficing*) dentro de limites cognitivos e informacionais disponíveis, resultando na alternativa boa o suficiente.
  - (D) eliminação de incerteza por meio de simulações e análise estruturada de cenários com base em premissas factíveis.
  - (E) neutralização de vieses, eliminando aspectos subjetivos e emocionais envolvidos na tomada de decisão a partir do modelo do homem racional.
- 
46. Segundo a visão do *Project Management Institute (PMI)*, apresentada na 7ª edição do PMBOK, o conceito de *Tailoring* (adequação) significa
- (A) redução do grau de formalização e de documentação dos projetos e dos processos envolvidos, priorizando a velocidade.
  - (B) simplificar ao máximo os projetos, com adoção de práticas que reduziram a alocação de recursos.
  - (C) fomentar a improvisação na execução dos projetos, em detrimento do uso de melhores práticas.
  - (D) tratar os 2 domínios apresentados no PMBOK – fatores indutores e resistências instaladas – de forma customizada à cultura da organização.
  - (E) adequação estruturada da metodologia de gerenciamento às características do projeto e ao contexto organizacional.



47. No modelo de Gestão por Objetivos, conforme desenvolvido por Peter Drucker, a avaliação de desempenho é fundamentada
- (A) na comparação entre colaboradores e subsequente ranqueamento.
  - (B) no grau de alcance de objetivos organizacionais previamente pactuados.
  - (C) na priorização de aspectos comportamentais, com foco nos valores da organização.
  - (D) em métricas eminentemente subjetivas, pautadas pela visão pessoal do avaliador.
  - (E) na autoavaliação e em *feedbacks*, buscando o ajuste de metas individuais.
- 
48. Na abordagem de mudança organizacional predicada por Kurt Lewin, o processo de mudança é estruturado em etapas, entre as quais a de "recongelamento", que corresponde à
- (A) formalização das mudanças estritamente sob o aspecto normativo da organização.
  - (B) implementação imediata de novas rotinas, como forma de evitar resistência.
  - (C) etapa preliminar de ruptura das forças que mantêm a conjuntura organizacional.
  - (D) estabilização da mudança, que passa a constituir novo padrão na organização.
  - (E) adequação do quadro de pessoal, com desligamento dos colaboradores refratários.
- 
49. Na aplicação do ciclo PDCA em uma determinada organização pública, a transição da fase *Check*, relativa à validação empírica da hipótese, para *Act*
- (A) resulta em padronização, caso o resultado seja positivo, ou em correção, caso negativo.
  - (B) corresponde a um ponto de inflexão, com abandono da metodologia por insucesso.
  - (C) enseja o reinício automático do ciclo, dada a necessidade de refazer a análise crítica.
  - (D) visa estabelecer os indicadores de mensuração das metas fixadas na etapa anterior.
  - (E) significa passar à responsabilização individual pelas falhas processuais identificadas.
- 
50. O conceito de "Núcleo Estratégico" adotado no âmbito da Reforma do Aparelho do Estado, implementada a partir de 1995, refere-se
- (A) apenas à função fiscalizadora e reguladora do Estado em relação à prestação de serviços públicos.
  - (B) ao conjunto de atividades com potencial de exploração pela iniciativa privada, mediante concessão ou privatização.
  - (C) a funções exclusivas do Estado, como formulação de políticas públicas, regulação, fiscalização e defesa da ordem.
  - (D) a unidades administrativas com foco exclusivo ou prioritário na prestação de serviços públicos ao cidadão.
  - (E) a empresas públicas voltadas à atuação em atividades monopolísticas, de segurança nacional ou relevante interesse coletivo.
- 
51. No que concerne às dimensões do planejamento em uma gestão estratégica, o planejamento tático caracteriza-se por
- (A) traduzir objetivos estratégicos em planos de médio prazo, definindo, entre outros elementos, indicadores de desempenho e recursos necessários.
  - (B) substituir o planejamento estratégico quando se trate de organizações inseridas em ambientes altamente competitivos.
  - (C) foco exclusivo nas metas financeiras, dado que não se conecta com objetivos mais amplos da organização e dimensões como missão ou visão.
  - (D) determinar exclusivamente ações emergenciais de curto prazo para enfrentamento de cenário externo adverso.
  - (E) não ser aplicável a organizações estruturadas por processos, estas que dispensam o elo entre planejamento estratégico e operacional.
- 
52. Do ponto de vista conceitual, a principal função do mapeamento de processos em uma organização consiste em
- (A) orientar a avaliação de desempenho dos colaboradores.
  - (B) avaliar a eficiência do processo, identificar gargalos e redundâncias, propondo melhorias estruturais.
  - (C) redesenhar o fluxo de atividades de forma atrelada aos indicadores estratégicos da organização.
  - (D) realizar simulações estocásticas do tempo de ciclo dos processos, utilizando bases históricas de dados.
  - (E) documentar fluxos, responsáveis e interfaces, criando uma representação visual ou textual do processo existente.
- 
53. Suponha que Saulo, servidor público ocupante de cargo em comissão na Assembleia Legislativa, esteja sendo investigado pelo Ministério Público no âmbito de Inquérito Civil sobre potencial prática de ato de improbidade administrativa consistente em contratação de serviços de consultoria por valores superiores aos praticados pelo mercado. Nesse mesmo inquérito, estão sendo investigados os consultores contratados. Considerando as disposições da Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/1992 e alterações), tem-se que
- (A) apenas Saulo está sujeito à imputação de ato de improbidade, eis que somente agentes públicos são sujeitos ativos da Lei de Improbidade, o que não afasta a responsabilização penal e civil de particulares que tenham lesado a Administração.
  - (B) tanto Saulo como os consultores podem responder por ato de improbidade, desde que constatada conduta dolosa consistente na vontade livre e consciente de produzir o resultado capitulado na lei como ato improbo.
  - (C) a capitulação das condutas de Saulo e dos consultores como ato de improbidade depende da comprovação de culpa individualizada e da ocorrência de enriquecimento ilícito com prejuízo à Administração.
  - (D) apenas Saulo poderá ser processado por ato de improbidade após condenação em processo administrativo disciplinar por conduta análoga ao ato de improbidade apontado no inquérito civil.
  - (E) Saulo possui responsabilidade objetiva pelos prejuízos causados à Administração, que independe de comprovação de culpa, enquanto os consultores somente poderão figurar como sujeitos ativos do ato de improbidade na medida da respectiva culpabilidade.



54. Suponha que um agente público que atua no órgão responsável pelo controle interno no âmbito do Poder Executivo tenha constatado, em auditoria, irregularidades em contratos administrativos celebrados por determinada empresa estatal dependente. Referido agente entendeu pela necessidade de comunicar o resultado da auditoria ao Tribunal de Contas. De acordo com a disciplina estabelecida na Constituição Federal de 1988, tal providência afigura-se
- (A) desnecessária, salvo se verificado que a irregularidade em questão já é objeto de apuração no âmbito do Tribunal de Contas.
  - (B) descabida, eis que o controle interno e o controle externo são autônomos e devem manter atuação independente e segregada.
  - (C) correta, dado que o controle interno possui competência apenas em relação a entidades da Administração direta e autárquica.
  - (D) correta, sob pena de responsabilidade solidária do agente caso o mesmo não cientifique o Tribunal de Contas da ilegalidade ou irregularidade.
  - (E) cabível, em se tratando de identificação de ato de favorecimento, porém descabida caso se trate apenas de aspectos de legalidade.
- 
55. A aplicação do princípio da oficialidade em processo administrativo sancionador autoriza a Administração a
- (A) substituir a motivação formal por fundamentação implícita, que possa ser identificada em função da penalidade aplicada.
  - (B) aplicar sanção independentemente de contraditório, desde que haja prova documental inequívoca.
  - (C) presumir a veracidade dos fatos imputados quando o acusado permanece silente ou quando decretada revelia.
  - (D) indeferir pedido de prova defensiva por entender suficientes os elementos já constantes dos autos.
  - (E) produzir provas de ofício, assegurada à parte a possibilidade de manifestação sobre seu conteúdo.
- 
56. A Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011) distingue transparência ativa e transparência passiva. Essa distinção revela que
- (A) apenas a transparência ativa é juridicamente exigível, consistindo no dever de fornecer informação íntegra e completa.
  - (B) a transparência ativa decorre do dever estatal de divulgação espontânea de informações de interesse coletivo ou geral, independentemente de requerimento.
  - (C) a transparência passiva depende da demonstração de interesse jurídico específico, demandando que o solicitante decline os motivos determinantes do pedido.
  - (D) a transparência passiva é admissível na medida em que a LAI assegura o anonimato do solicitante.
  - (E) ambas possuem natureza meramente programática, não conferindo direito subjetivo aos cidadãos de obtenção de informações não classificadas.
- 
57. No exercício de suas funções, um órgão ambiental compartilha dados pessoais com outro órgão público para fiscalização conjunta, sem consentimento do titular. Tal conduta, à luz da disciplina estabelecida na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD),
- (A) é expressamente autorizada pela LAI, que determina o compartilhamento irrestrito de dados entre órgãos públicos.
  - (B) afigura-se ilícita, eis que o compartilhamento exige consentimento expresso e específico do titular do dado.
  - (C) é vedada se os dados em questão incluírem profissão e estado civil dos titulares, eis que configuram dados sensíveis cujo compartilhamento demanda consentimento expresso.
  - (D) é possível para atender finalidade específica de execução de políticas públicas de acordo com as atribuições legais dos órgãos envolvidos.
  - (E) é admissível apenas se envolver dados anonimizados, que não revelem a identidade das pessoas físicas titulares.
- 
58. Em contratos firmados com a Administração Pública, o direito do contratado à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, segundo a Constituição Federal e a Lei nº 14.133/2021,
- (A) constitui garantia de rentabilidade mínima fixada pela Administração no edital e no contrato, com base na qual foi formulada a proposta vencedora.
  - (B) assegura preservação do lucro estimado pelo contratado ao longo da execução, consistente na taxa interna de retorno (TIR) prevista em seu plano de negócios.
  - (C) assegura a recomposição da equação inicial entre encargos assumidos e retribuição pactuada, caso a Administração proceda à alteração unilateral que aumente tais encargos.
  - (D) importa vedação de compartilhamento de riscos entre as partes, cabendo à Administração suportar apenas os riscos ordinários do negócio.
  - (E) resulta na imutabilidade do preço global contratado e na impossibilidade de redução de quantitativos contratados, permitindo apenas ajustes em preços unitários.



59. Em contrato administrativo de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a elevação salarial decorrente de nova convenção coletiva da categoria, ocorrida após 12 meses da vigência contratual, enseja
- (A) reajuste automático, de acordo com o índice de preços estabelecido no contrato, o qual, em contratos de tal natureza, deve prever a aplicação de fórmulas paramétricas.
  - (B) revisão por álea econômica extraordinária, o que ocorre automaticamente se demonstrado que o reajuste supera o índice de reajuste contratual.
  - (C) repactuação, mediante demonstração analítica da variação dos custos da mão de obra e desde que haja previsão no edital e no contrato.
  - (D) prerrogativa da contratada de optar pelo reajuste, conforme índice contratual, ou por repactuação, independentemente de previsão contratual específica.
  - (E) possibilidade de a contratada socorrer-se da teoria da imprevisão, com alegação de onerosidade excessiva e consequente suspensão da prestação dos serviços.
- 
60. À luz da teoria da ação comunicativa de Habermas, a comunicação na gestão pública orientada à legitimidade democrática deve priorizar
- (A) controle estratégico da informação para garantir a governabilidade.
  - (B) eficiência instrumental das decisões administrativas.
  - (C) comunicação estratégica voltada à persuasão unilateral.
  - (D) centralização decisória com ampla publicidade posterior.
  - (E) processos dialógicos baseados na racionalidade comunicativa.
- 
61. Considere que determinada entidade pública esteja realizando planejamento estratégico com apoio de consultoria especializada, a qual propõe, com base em conceituação clássica apoiada por autores como Peter Drucker, Robert Kaplan e David Norton, a definição da missão e da visão da organização. Nesse contexto, deve-se considerar que
- (A) a missão expressa a razão de existir da entidade, enquanto a visão projeta situação futura com o posicionamento desejado.
  - (B) a missão descreve o estado desejado no longo prazo, enquanto a visão trata da atividade atual.
  - (C) a visão define o propósito permanente, enquanto a missão é transitória e ligada aos objetivos dos dirigentes.
  - (D) embora ambas expressem o mesmo conceito, apresentam diferentes aplicações, sendo a missão voltada à comunicação externa.
  - (E) a visão expressa os valores e a cultura da organização, enquanto a missão constitui um *slogan* que influencia o clima organizacional.
- 
62. Suponha que, em auditoria operacional, o Tribunal de Contas constate que determinado município deixou de prever matriz de riscos em contratos de grande vulto, sob argumento de ausência de regulamentação local. Tal conduta, à luz do tratamento do tema na Lei nº 14.133/2021,
- (A) afigura-se legítima se não houver lei municipal específica prevendo tal obrigatoriedade de forma simétrica à Lei nº 14.133/2021.
  - (B) configura descumprimento de norma geral de licitação e contratações públicas, cuja aplicação é cogente para todos os entes federados.
  - (C) não é justificável em face da omissão legislativa do Município, somente sendo legítima se houver lei municipal disciplinando o tema de forma diversa da Lei nº 14.133/2021.
  - (D) encontra-se na esfera da discricionariedade da Administração Municipal, que não pode ser compelida a cumprir norma meramente programática.
  - (E) deve ser analisada à luz dos princípios que regem a Administração Pública, sendo legítima se comprovada razoabilidade e economicidade.
- 
63. Considere que determinada empresa estatal, em suas demonstrações financeiras anuais e apuração de resultados, tenha reconhecido perda em função de *impairment* (teste de recuperabilidade) de um de seus ativos. Considerando as normas gerais de contabilidade, tal circunstância enseja
- (A) apenas ajuste de reclassificação entre ativo e passivo.
  - (B) redução do ativo e aumento do passivo.
  - (C) aumento do passivo e aumento do patrimônio líquido.
  - (D) redução do passivo e redução do patrimônio líquido.
  - (E) redução do ativo e redução do patrimônio líquido.



64. Suponha que determinada companhia constituída na forma de sociedade por ações tenha apurado lucro contábil ao final do exercício, porém ainda sem o ingresso financeiro dos valores correspondentes. Diante de tal cenário,
- (A) o resultado apurado deverá ser distribuído aos acionistas à conta da reserva legal ou de reserva de capital.
  - (B) o dividendo mínimo obrigatório deverá ser pago independentemente de tal circunstância, com ajuste no patrimônio líquido.
  - (C) o resultado deverá ser ajustado para expurgar o lucro meramente contábil, o qual somente será considerado a partir da realização financeira.
  - (D) caberá a constituição de reserva de lucros a realizar, com a redução da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.
  - (E) fica vedada a distribuição de dividendos, podendo o acionista ser remunerado mediante declaração de juros sobre capital próprio.
- 
65. Considerando os conceitos fundamentais da estrutura patrimonial das entidades, é correto afirmar que
- (A) um recurso controlado pela entidade somente é reconhecido como ativo se houver certeza de que gerará benefícios econômicos futuros.
  - (B) o passivo representa obrigações presentes da entidade de transferir recursos econômicos como resultado de eventos passados.
  - (C) as ações em tesouraria compõem o ativo não circulante da entidade.
  - (D) os ativos classificados no ativo não circulante devem ter substância física.
  - (E) as obrigações com fornecedores para compra de itens que não fazem parte do processo produtivo da entidade são classificadas no patrimônio líquido.
- 
66. A demonstração dos fluxos de caixa é de grande importância para os usuários das demonstrações contábeis, na medida em que concedem transparência às fontes e aos destinos do dinheiro que transita pela entidade. Nesse sentido, considere que uma entidade realizou as seguintes operações:
1. pagamento a investidores para resgatar ações da entidade;
  2. compra de uma máquina a ser utilizada no processo produtivo; e
  3. pagamento de férias aos empregados.
- As operações representam, respectivamente, fluxos de caixa de atividades
- (A) (1) de financiamento – (2) operacionais – (3) de investimento.
  - (B) (1) de investimento – (2) operacionais – (3) operacionais.
  - (C) (1) de financiamento – (2) de financiamento – (3) operacionais.
  - (D) (1) operacionais – (2) de investimento – (3) de financiamento.
  - (E) (1) de financiamento – (2) de investimento – (3) operacionais.

### Gestão de Pessoas

67. A adoção de um modelo de gestão por competências pressupõe, entre outras etapas, o denominado mapeamento de competências, o qual corresponde
- (A) à identificação das competências técnicas e comportamentais necessárias ao desempenho dos cargos da organização.
  - (B) à etapa final do trabalho de prospecção no mercado de profissionais habilitados para posições estratégicas.
  - (C) ao processo de *benchmarking*, no qual são identificados paradigmas com as melhores práticas de gestão.
  - (D) à governança adotada pela organização no que concerne à identificação dos colaboradores elegíveis para promoções e posições de liderança.
  - (E) à matriz que integra o planejamento estratégico da organização e que identifica as competências indispensáveis para o atingimento das metas estabelecidas.
- 
68. Considere que Pedro, iniciando sua atuação como líder de uma equipe, pretenda assegurar que os membros da equipe se mantenham motivados para desempenharem suas atribuições e para trabalhar pelo atingimento das metas estabelecidas. Nesse sentido, buscando bibliografia de apoio, deparou-se com a Teoria X de McGregor, a qual sustenta que
- (A) apenas aqueles que possuem algum poder de comando ou de autodeterminação são suscetíveis aos estímulos motivacionais.
  - (B) a motivação é algo inerente ao ser humano, porém deve ser reforçada com estímulos e recompensas periódicas, evitando-se punições e desincentivos.
  - (C) o homem médio não gosta do trabalho e o evita, necessitando ser monitorado e controlado para cumprir suas tarefas.
  - (D) os principais fatores que induzem a motivação estão ligados à busca de pertencimento e reconhecimento, e não possuem natureza financeira.
  - (E) a única forma de induzir a motivação de um grupo heterogêneo é introduzindo uma competição saudável entre os membros da equipe.



69. Suponha que, na ocorrência de um conflito entre diferentes setores de uma organização, pretenda-se gerir o conflito por meio de uma negociação distributiva. Essa escolha pressupõe
- (A) ampliação do objeto negocial para geração de valor.
  - (B) lógica de soma zero e disputa por recursos fixos.
  - (C) busca de maximização dos ganhos de todas as partes envolvidas.
  - (D) priorização de interesses subjacentes em detrimento das posições.
  - (E) utilização prioritária de critérios objetivos para repartição equitativa das perdas e ganhos.
- 
70. Na teoria da liderança situacional desenvolvida por Paul Hersey e Kenneth Blanchard, o estilo mais adequado de liderança depende, precipuamente,
- (A) da posição hierárquica e dos poderes conferidos ao líder.
  - (B) da personalidade e do carisma do líder.
  - (C) da cultura e do clima organizacional vigentes.
  - (D) da rigidez normativa da organização.
  - (E) do nível de maturidade e desenvolvimento dos liderados.
- 
71. No setor público é usual que os indicadores de desempenho reflitam as dimensões eficiência, eficácia, efetividade e economicidade. Nesse sentido, quando a implementação de uma política pública alcança 100% da meta quantitativa prevista, com a distribuição de preservativos a todos os adolescentes de uma região, adquiridos a custo reduzido, porém sem alteração significativa no problema social que pretendia enfrentar (gravidez na adolescência), conclui-se que houve
- (A) impacto máximo com baixa eficiência.
  - (B) alta efetividade sem eficácia.
  - (C) eficiência plena, sem eficácia.
  - (D) eficácia sem, contudo, efetividade.
  - (E) economicidade máxima e baixa eficiência.
- 
72. No âmbito da gestão estratégica de pessoas, a distinção entre descrição de cargos e análise de cargos possui implicações metodológicas relevantes, sendo que
- (A) a análise consiste no processo de coleta e exame sistemático de informações relativas às tarefas, às responsabilidades e aos requisitos do cargo, ao passo que a descrição representa a exposição organizada dessas informações.
  - (B) a descrição de cargos é etapa que precede a análise, consistindo na consolidação estatística das competências mapeadas e fornecendo insumos para a análise, cuja função é avaliar a importância relativa do cargo na organização.
  - (C) a análise de cargos limita-se ao levantamento de tarefas, enquanto a descrição incorpora requisitos de qualificação e responsabilidade exigidas do ocupante.
  - (D) a análise de cargos é instrumento exclusivo para avaliação de desempenho e movimentação funcional, ao passo que a descrição é utilizada apenas para recrutamento.
  - (E) ambas apresentam, materialmente, o mesmo escopo, diferindo apenas quanto ao grau de aprofundamento, sendo que a descrição demanda a realização de entrevistas com os atuais ocupantes dos cargos.
- 
73. À luz da Teoria da Contingência, a transição do modelo mecanicista de Administração de Pessoal para abordagens estratégicas representa
- (A) adaptação estrutural às variáveis ambientais, como tecnologia, mercado e complexidade organizacional.
  - (B) negação de fatores exógenos à organização, como variáveis relevantes, acompanhada de movimento de concentração de poder no órgão central de recursos humanos.
  - (C) substituição definitiva dos mecanismos de controle formal por autonomia operacional plena, refutando-se o papel normatizador do órgão de recursos humanos.
  - (D) tentativa de neutralização de fatores de risco, com a blindagem da organização em relação a variáveis externas.
  - (E) abandono do caráter instrumental, atribuindo-se ao órgão central de recursos humanos, ao mesmo tempo, funções de planejamento e de execução, gerando conflito de interesses.
- 
74. A distinção fundamental entre recrutamento e seleção reside no fato de que:
- (A) A seleção precede logicamente o recrutamento, traduzindo-se em delimitação do universo de elegíveis para o cargo a ser preenchido.
  - (B) O recrutamento envolve apenas avaliação psicológica e comportamental, enquanto a seleção envolve avaliação eminentemente técnica.
  - (C) Embora sejam processos simultâneos, a reprovação de um candidato no critério de seleção impede o seu recrutamento para a vaga.
  - (D) O recrutamento amplia o conjunto de candidatos potenciais, enquanto a seleção opera mecanismo decisório comparativo e excludente.
  - (E) O recrutamento tem natureza decisória, enquanto a seleção apresenta caráter de prospecção e avaliação de alternativas.



75. A integração entre Planejamento de Recursos Humanos e gestão por resultados, no contexto da Nova Gestão Pública, desloca o foco tradicional
- (A) da busca de eficiência para a priorização da estabilidade.
  - (B) do controle processual para mensuração de desempenho e impacto.
  - (C) da responsabilidade individual para anonimato funcional.
  - (D) da qualificação e educação formal para improvisação.
  - (E) da visão estratégica para um novo formalismo burocrático.
- 
76. De acordo com a visão baseada em recursos (*Resource-Based View – RBV*), a vantagem competitiva sustentável deriva dos recursos internos da firma, quando estes
- (A) são eficientes, do ponto de vista de custo, e de fácil e rápida substituição.
  - (B) não apresentam grande dificuldade de reposição, ainda que com maior custo.
  - (C) são passíveis de retenção no ciclo de vida de um projeto.
  - (D) não integram a estrutura interna e fixa da organização de forma permanente.
  - (E) são valiosos, raros, imperfeitamente imitáveis e organizados.
- 
77. A partir da evolução dos modelos de gestão de pessoas e o fortalecimento do papel estratégico do RH, restaram delimitados os papéis de linha e *staff*, de forma que
- (A) a responsabilidade final pela gestão de pessoas é da área de RH, ainda que a execução das atividades recaia sobre os gestores de linha.
  - (B) a função de *staff* implica subordinação hierárquica aos gestores de linha nas decisões técnicas relativas à gestão de pessoas.
  - (C) a função de *staff* caracteriza-se por exercer papel normativo e de apoio, sem comando hierárquico direto sobre as áreas operacionais.
  - (D) o modelo contemporâneo desloca integralmente a responsabilidade sobre pessoas para a área de RH, em razão da complexidade normativa e trabalhista.
  - (E) a distinção entre linha e *staff* foi superada pelos modelos matriciais, tornando-se pouco relevante na governança organizacional contemporânea.
- 
78. O modelo tradicional de planejamento de RH, predominante em contextos burocráticos e de estabilidade organizacional, distingue-se dos modelos estratégicos contemporâneos na medida em que:
- (A) leva em conta simulações e cenários alternativos para assegurar que seja mantida a estabilidade da força de trabalho.
  - (B) fundamenta-se na identificação de competências essenciais, com pouca preocupação em relação a elementos quantitativos.
  - (C) estrutura-se a partir da previsão quantitativa de necessidades de pessoal com base em séries históricas e variações do volume de produção.
  - (D) pressupõe a ausência de rotatividade da força de trabalho (*turnover*), razão pela qual não trabalha com previsão de reposições.
  - (E) prioriza capital intelectual como ativo intangível estratégico, adotando postura eminentemente preditiva.
- 
79. A teoria dos dois fatores de Frederick Herzberg sustenta que
- (A) reforço positivo e negativo são polos opostos do mesmo continuum.
  - (B) fatores higiênicos são responsáveis por gerar motivação duradoura.
  - (C) fatores motivacionais e higiênicos produzem efeitos idênticos sobre o desempenho.
  - (D) a ausência de fatores higiênicos gera insatisfação, mas sua presença não garante motivação.
  - (E) salário e recompensa financeira constituem o principal fator motivacional intrínseco.
- 
80. A distinção conceitual entre liderança transacional e transformacional reside, fundamentalmente, no fato de que
- (A) a liderança transacional opera por meio de influência carismática, enquanto a transformacional baseia-se em controle formal.
  - (B) a liderança transformacional baseia-se no poder de posição do líder e em mecanismos de recompensa aos liderados.
  - (C) a liderança transacional fundamenta-se na lógica de troca contingente, ao passo que a transformacional busca alterar valores, crenças e identidade dos liderados.
  - (D) ambas diferem apenas quanto ao grau de fixação das metas organizacionais, sendo a transformacional mais desafiadora.
  - (E) a liderança transformacional é própria de estruturas burocráticas, enquanto a transacional é inerente ao modelo gerencial.